



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0205235-7 – 1ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe-PE

Impetrante: Vinícius Campos de Melo
Paciente: Renato Garcia de Medeiros
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Procuradora: Drª Gerusa Torres de Lima
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

031

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO*. PRISÃO EM FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA NEGADA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM CONCEDIDA.

1. Na via estreita do Habeas Corpus não é possível sopesar provas, não sendo possível à análise da autoria do delito, e assim da inocência ou não do paciente.
2. Não se considera caracterizado o excesso de prazo tendo em vista as peculiaridades da causa, tais como sua complexidade, a necessidade de instauração de incidente de insanidade mental, e o adiamento de audiência ante a não apresentação do paciente e a ausência de seu advogado. Impõe-se nesse exame a observância dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, com base nos quais se deve aferir a razoável duração do processo preconizada pela Constituição Federal.
3. Embora demonstrada a materialidade e os indícios suficientes de autoria, a decisão negatória da liberdade provisória padece de falta de fundamentação adequada, à mingua da indicação de fatos concretos que digam da presença dos requisitos autorizadores da custódia cautelar.
4. É de ser conferida a mercê da liberdade provisória, nos termos do art. 310, parágrafo único, do Código de Processo Penal, mediante termo de comparecimento a todos os atos processuais.
5. *Habeas Corpus* parcialmente conhecido e concedido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* n.º 0205235-7, da 1ª Vara da Comarca de Camaragibe, em que são partes as acima indicadas. Acordam, unanimemente, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada no dia 26 de JANEIRO de 2010, conhecer parcialmente da ordem e concedê-la, tudo de acordo com o relatório, a ementa e os votos anexos, que fazem parte do julgado.

Recife, 26 de Janeiro de 2010.

Des. Roberto Ferreira Lins.
Presidente e Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0205235-7 – 1ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe-PE

Impetrante: Vinícius Campos de Melo
Paciente: Renato Garcia de Medeiros
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Procuradora: Drª Gerusa Torres de Lima
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

032

RELATÓRIO

Cuida-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido de liminar, impetrado pelo Bel. Vinícius Campos, por meio da atrel de fls. 02 a 17, em prol de Renato Garcia de Medeiros, preso em flagrante e denunciado pela prática dos delitos previstos no art. 121, §2º, II e IV, c/c art. 14, II, e no art. 180, todos do Código Penal, bem como no art. 14 da Lei nº 10.826/03. Aponta como autoridade coatora o Juiz da 1ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe.

Aduz que há ilegalidade na prisão em flagrante, inexistindo prova contundente da materialidade e da autoria, pois a perícia residuográfica resultou negativa, e não se acharam sinais de digitais do paciente na arma. Assere que não há justa causa para a manutenção da prisão, tendo o paciente bons antecedentes, residência fixa, família constituída e profissão definida, e que a decisão que manteve a prisão em flagrante carece de fundamentação, não se mostrando presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva.

Afirma, por fim, que há excesso de prazo, tendo a demora na conclusão do incidente de insanidade mental obstaculizado a conclusão da instrução criminal, sem culpa da defesa, devendo ser concedida a liberdade provisória, prevalecendo o princípio da presunção de inocência.

Indeferida a postulação liminar, a autoridade impetrada prestou as informações de fls. 173 a 174, esclarecendo que a denúncia foi recebida em 15/01/2009, designando-se audiência de instrução e julgamento para o dia 15/06/2009, que não se realizou ante a não apresentação do paciente e a ausência de seu advogado, tendo sido instaurado incidente de insanidade mental, face aos indícios de que o paciente sofre transtornos mentais. Afirmo que recebeu laudo psiquiátrico em 23/12/2009, informando que o paciente não apresenta transtornos psiquiátricos, tendo determinando a intimação do Ministério Público e da defesa para se manifestarem sobre o mesmo.

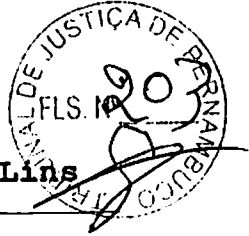
A Procuradoria de Justiça, através do Parecer de fls. 188 a 189, opinou pela concessão da ordem, entendendo que há excesso de prazo que não pode ser imputado à defesa, e que a decisão que negou a liberdade provisória encontra-se desprovida de fundamentação.

É o relatório.

Des. Roberto Ferreira Lins
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0205235-7 – 1ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe-PE

033

Impetrante: Vinícius Campos de Melo
Paciente: Renato Garcia de Medeiros
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Procuradora: Drª Gerusa Torres de Lima
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

VOTO DO RELATOR

Senhores Desembargadores, Sr(a) Procurador(a) de Justiça.

Como visto no relatório, o presente *writ* foi impetrado em favor de Renato Garcia de Medeiros, preso em flagrante e denunciado pela prática dos crimes previstos no art. 121, §2º, II e IV, c/c art. 14, II, e no art. 180, todos do Código Penal, bem como no art. 14 da Lei nº 10.826/03.

O impetrante deste *Habeas Corpus*, inconformado com decisão que negou o pedido de liberdade provisória, aduz, em síntese, a ilegalidade da prisão em flagrante, que há excesso de prazo na custódia preventiva, e que não se mostram presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva estando a decisão carente de fundamentação.

Pois bem.

Inicialmente impende registrar que na via estreita do *Habeas Corpus* não é possível analisar provas, exame este a ser procedido na fase destinada ao julgamento do feito; apropriado aqui verificar se o Paciente está sofrendo ou na iminência de sofrer coação ou violência em sua liberdade de ir e vir, não cabendo, assim, a análise da autoria do delito, bem assim da inocência ou não do paciente.

A alegação de excesso de prazo não merece prosperar, pois, em que pese a observância dos prazos processuais ser um direito do réu, eventual demora na conclusão da instrução processual deve ser examinada, à luz da razoabilidade e da proporcionalidade, de modo que, diante dos elementos do caso concreto, é possível afastar a alegação de constrangimento ilegal.

No caso em comento, consoante se observa nas informações prestadas pelo MM. Juiz *a quo*, à fl. 173, o tramite processual foi prolongado em virtude da complexidade da causa, tendo sido necessária a instauração de incidente de insanidade mental, suspendendo o curso do processo.

Vale ressaltar, ainda, que a audiência de instrução e julgamento deixou de se realizar face à não apresentação do paciente e o não comparecimento do advogado do mesmo, observando-se que todos os atos processuais foram praticados com regularidade, não havendo qualquer ato do *Parquet* ou do MM. Juiz *a quo* capaz de procrastinar o feito.

Desse modo, não se configura o alegado constrangimento ilegal por excesso de prazo, que somente merece acolhimento quando a demora for injustificada e atribuível à acusação ou ao Juízo.

No que pertine à ausência de fundamentação da decisão negatória do pedido de liberdade provisória, é de se pôr em relevo que a mesma deve estar devidamente alicerçada em fatos que realmente se possa inferir a presença dos requisitos autorizadores



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0205235-7 – 1ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe-PE.

034

da prisão preventiva, seja em relação à garantia da ordem pública ou da aplicação da lei penal, seja relativamente à conveniência da instrução criminal, consoante previsto no art. 310, parágrafo único, do Código de Processo Penal.

É preciso que existam fatos concretos, noticiados no processo, como, por exemplo, o risco de o réu vir a fugir à ação da justiça por não ter residência certa e profissão definida, ou haver receio de que venha influenciar testemunhas, ou a ocorrência de conduta que indique que o réu continuará a delinquir, para que seja negado o pedido de liberdade provisória.

Observa-se que a decisão do MM. Juízo *a quo*, que manteve a prisão provisória do paciente, asseverou estarem presentes os indícios de autoria do crime, bem como prova da sua existência, e fundamentou a manutenção da prisão nos seguintes termos, *verbis*:

“Quanto à possibilidade de concessão de liberdade provisória em razão da arguição de inexistência de motivos autorizadores da prisão preventiva, observo que os autos cuidam de fato cometido com violência contra a pessoa. Para o crime a lei comina pena de reclusão.

Há indícios de materialidade e de autoria. O requerente não anexou aos autos nenhum documento que comprove que satisfaça as condições de ordem subjetiva para obtenção do benefício. Não está nos autos a folha de antecedentes criminais, documento através do qual se pode aferir a primariedade e a ausência de perigo social.

Examinando os documentos dos autos e as circunstâncias em que o fato ocorreu, constato que o denunciado parece ser pessoa sem equilíbrio emocional que, segundo a vítima, em provável estado de embriaguez, exibiu armas de fogo em via pública e reagiu violentamente quando perquirido por um policial militar. Há nos autos, ainda, a informação da Polícia Militar de Pernambuco dando conta de que o réu responde a processo por ter, no dia 07 de julho de 2008, provocado uma colisão do veículo que dirigia com outro carro, estando em estado de embriaguez e sem estar habilitado a dirigir veículos.

Diante dessas informações, entendo ser conveniente a manutenção da prisão, ao menos neste momento, até que venham aos autos garantias de que o acusado não representa perigo à coletividade. Pelos motivos expostos, mantenho o flagrante e indefiro o pedido de liberdade.”

Conforme se vê da transcrição acima, sequer consta da decisão guerreada, a referência à necessidade de assegurar a instrução criminal, a garantia da ordem pública ou econômica, e aplicação da lei penal, como fundamento para negar-se o pedido de liberdade provisória.

Ademais, a mera alegação de tratar-se de crime cometido com violência contra pessoa, sem fundamentação nos elementos concretos dos autos, não possui o condão de manter a prisão provisória do paciente.

Em resumo, a necessidade da prisão do réu deve ser inferida de fatos concretos que determinem, cautelarmente, o seu afastamento do convívio social. No presente caso, esses fatos não foram apresentados como motivo para a prisão do paciente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0205235-7 – 1ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe-PE

635

Desse modo, embora presente a materialidade do delito e os indícios suficientes de autoria, principalmente ante os depoimentos testemunhais prestados, não vislumbro os requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, autorizadores da prisão preventiva.

Neste sentido, traz-se à colação o seguinte aresto do Superior Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO EM FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA. NEGATIVA FUNDADA NA AUSÊNCIA DE PROVA DE OCUPAÇÃO LÍCITA E DE RESIDÊNCIA FIXA. EXIGÊNCIAS LEGALMENTE INDEVIDAS. PERICULOSIDADE DO AGENTE. MERAS SUPOSIÇÕES. FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE À LUZ DO ART. 312 DO CPP. NECESSIDADE DA MANUTENÇÃO DA PRISÃO ANTECIPADA NÃO DEMONSTRADA. COAÇÃO ILLEGAL EVIDENCIADA. LIMINAR CONFIRMADA. ORDEM CONCEDIDA.

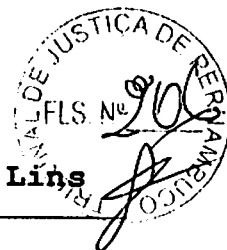
1. A ausência de prova de ocupação lícita e de residência fixa não se presta para justificar a negativa de concessão de liberdade provisória ao agente flagrado na prática de furto qualificado, visto que se traduzem em exigências legalmente indevidas e dificilmente atendidas pela empobrecida população de nosso país.
2. Suposições acerca da periculosidade do acusado, sem indicação de elementos concretos que apontem eventual risco à ordem pública com a sua soltura, é argumento que se mostra insuficiente para justificar a permanência do sequestro corporal antecipado.
3. Não restando demonstrada concretamente a ocorrência de ao menos uma das hipóteses autorizadoras da prisão preventiva, à luz do art. 312 do CPP, devida a concessão da liberdade provisória.
4. Ordem concedida para, confirmando a liminar anteriormente deferida, conceder a liberdade provisória ao paciente, mediante termo de comparecimento a todos os atos do processo, se por outro motivo não estiver preso. (STJ. HC 111.568/MG, Rel. Min. Jorge Mussi. 5ª Turma, j. em 10/02/2009)

Vê-se, portanto, que os fundamentos da decisão negatória de liberdade decretada contra o paciente não convencem, sobretudo porque omissa em relação a fatos concretos que permitissem inferir a necessidade da constrição interina do paciente, tornando-se injustificada a segregação cautelar do paciente, até porque, em razão da sistemática processual vigente, trata-se de medida de exceção, devendo ser evitada o quanto possível.

Ademais, consoante bem afirmado pela d. Procuradora de Justiça, à fl. 189, “em outra oportunidade, mesmo sem que tivesse sido renovado o pedido de liberdade provisória, foi mantida a custódia do paciente, pelo mutirão carcerário, conforme se vê às fls. 157/158, e mais uma vez sem que fundamentasse o porquê a mantinha, já que apenas justificou-a entendendo que permaneciam incólumes os motivos que a determinaram, quando se sabe que a prisão decorreu de um flagrante e a motivação de sua permanência está exatamente na decisão acima mencionada e que se encontra às fls. 115, a qual entendemos sem a devida fundamentação.”



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0205235-7 – 1ª Vara Criminal da Comarca de Camaragibe-PE

036

Inexistindo, pois, quaisquer das hipóteses autorizadoras da segregação preventiva, torna-se injustificada a segregação cautelar do paciente, até porque, em razão da sistemática processual vigente, trata-se de medida de exceção, devendo ser evitada o quanto possível.

Por fim, vale dizer, a soltura do acusado não significa que permanecerá em liberdade até o final do processo criminal, vez que a ocorrência de fatos supervenientes que importem na violação à garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal ou aplicação da lei penal, permite ao juiz decretar novamente a prisão preventiva, conforme dispõe o art. 316, segunda parte do Código de Processo Penal.

Com essas considerações, e tendo em mira o que dispõe o art. 310, parágrafo único, do Código de Processo Penal, voto no sentido do conhecimento parcial da ordem e pela sua concessão, para conferir ao paciente o benefício da liberdade provisória, mediante termo de comparecimento a todos os atos processuais, a ser assinado perante o Juiz *a quo*, sob pena de revogação da mercê, expedindo-se em seu favor o competente alvará de soltura, a fim de que seja imediatamente posto em liberdade, se por “al” não estiver preso.

Sugiro à Câmara a expedição de ofício ao Juiz Presidente do feito de nº 246.2009.000009-0, no sentido de que priorize o seu julgamento.

É como voto.


Des. Roberto Ferreira Lins
Relator